



PARECER ÚNICO Nº 0587504/2016 (SIAM)

INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 12818/2015/001/2015	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Indeferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença Prévia e de Instalação Concomitantes – LP+LI	VALIDADE DA LICENÇA: -----	

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS: Cadastro de Uso Insignificante	PA COPAM: 23504/2015	SITUAÇÃO: Indeferimento
---	--------------------------------	-----------------------------------

EMPREENDEDOR:	Odete do Carmo Santos	CPF:	669.075.946-68
EMPREENDIMENTO:	Art&Com Artefatos de Concretos e Construções Eireli - ME	CNPJ:	10.703563/0002-80
MUNICÍPIO:	Tiradentes	ZONA:	Rural
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): WGS 84	LAT/Y 581900	LONG/X	7671150
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
BACIA FEDERAL:	Rio Grande	BACIA ESTADUAL:	Rio das Mortes
UPGRH:	GD2 – CBH Vertentes do rio Grande	SUB-BACIA:	Rio Carandaí
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE	
C-10-02-2	Usinas de produção de concreto asfáltico		3
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Lucas Ubaldo de Resende		REGISTRO: 14.475/D	
RELATÓRIO DE VISTORIA: 41/2015		DATA: 13/11/2015	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA	ASSINATURA
Carolina Abreu – Analista Ambiental	1147788-2	
Ronald Gomes da Silva – Analista Ambiental	1153218-1	
Wendel do Nascimento Gonçalves – Analista Ambiental	1067262-4	
Fabiano do Prado Olegário – Analista Ambiental	1.196.883-1	
De acordo: Cezar Augusto Fonseca e Cruz – Diretor Regional de Apoio Técnico	1147680-1	
De acordo: Anderson Ramiro de Siqueira – Diretor Regional de Controle Processual	1051539-3	



1. Introdução

Em 14/08/2015 formalizou-se em nome do empreendimento ART&COM Artefatos de Concretos e Construções Eireli – ME um processo de Licença Prévia e de Instalação Concomitantes (LP+LI), com o objetivo de se buscar a regularização ambiental para a instalação de uma usina de produção de concreto asfáltico.

De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº74 de 2004, a atividade de “usina de produção de concreto asfáltico”, com capacidade instalada prevista de 60 toneladas/h, se enquadra no Código C-10-02-2 e é classificada como de porte médio e potencial poluidor/degradador médio.

No dia 13/11/2015 foi realizada vistoria (Relatório de Vistoria 41/2015) no empreendimento e foi observado que no local há uma área terraplanada, ou seja, a instalação da usina já teve início. Na ocasião os representantes do responsável pelos estudos e também pelo empreendimento informaram que esse local estava amparado por uma AAF – Autorização Ambiental de Funcionamento de outro empreendedor.

Em consulta ao SIAM – Sistema Integrado de Informação Ambiental, para averiguação das informações prestadas, foi constatado que não há nenhuma AAF ou outro tipo de licença expedida para o local objeto da solicitação da LP+LI.

No dia 04/03/2016 com o objetivo de se proceder uma fiscalização da AAF, concedida no processo administrativo nº 05482/2015/001/2015, contíguo ao empreendimento em tela, foi constatado que as obras da usina de concreto asfáltico, objeto desse parecer, estão sendo executadas, inclusive com a presença de edificação. Sendo assim, foi lavrado auto de infração por iniciar a implantação do empreendimento sem a respectiva licença ambiental.

Foram apresentados, para subsidiar a análise do processo, Plano de Controle Ambiental (PCA) e Relatório de Controle Ambiental (RCA), estudos estes que foram elaborados pelo Engenheiro de Minas Lucas Ubaldo de Resende, CREA MG: 14.475/D, com anotação de responsabilidade técnica nº 14201500000002609478.

2. Caracterização do Empreendimento

A Usina de Concreto Asfáltico da empresa “ART&COM Artefatos de Concretos e Construções Eireli - ME”, com pleito de instalação, está localizada na zona rural do município de Tiradentes e ocupará uma área total, incluindo as vias de acesso, de 8818,65 m², necessária para a produção e escoamento do concreto betuminoso usinado a quente, a ser empregado na pavimentação em geral.

A área pleiteada para ser ocupada com 3252,38 m² servirá para disposição dos tanques de estocagem para cimento asfáltico – CAP, óleo BPF, óleo diesel, pátio para estoque de pilhas de agregados, escritório para apoio e banheiros. Já a área com 5566,27 m² é pleiteada para acomodar as vias de acesso.

O empreendimento pretende operar com um quadro de 06 funcionários, com turno diário de 8 horas, de segunda-feira à sexta-feira, com intervalo de uma hora para refeição.



O processo industrial, conforme apresentado no Relatório de Controle Ambiental, se inicia com a transferência, através de uma pá mecânica, dos agregados de brita e areia para o silo de alimentação. A forma de tronco de pirâmide do silo permite a alimentação contínua da correia transportadora que se encontra sob o mesmo, que por sua vez alimenta o secador de agregados.

O secador de agregados, que é do tipo rotativo e utilizará óleo baixo ponto de fluidez – BPF para aquecimento, possui três estágios no processo: o primeiro estágio corresponde à alimentação dos agregados e é onde está situado o bico queimador de óleo; no segundo estágio ocorre a mistura e secagem dos agregados; e no terceiro estágio é misturado o cimento asfáltico de petróleo – CAP de modo a se obter o concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ, sem que este tenha contato com gases quentes, evitando assim sua volatilização.

Como o secador possui certa inclinação, o agregado se movimenta em forma helicoidal e sai pelo lado oposto ao início do processo. Ao sair é conduzido por um elevador até o silo de espera onde é vertido diretamente na caçamba dos caminhões basculantes, que fazem a distribuição para as frentes de serviço.

O fornecimento de energia elétrica será fornecido pela Companhia Energética do Estado de Minas Gerais - CEMIG S/A, sendo esta utilizada para o funcionamento dos equipamentos, iluminação do pátio, escritórios e das obras de pavimentação em geral.

Os equipamentos utilizados pelo empreendimento no processo industrial estão listados na Tabela abaixo:

Tabela 1: Relação de equipamentos a serem utilizados no empreendimento

Descrição do Equipamento	Quantidade	Capacidade operacional
Usina de Asfalto	01	60 t / h
Dosador de agregados	03	8 m³
Correias transportadoras	01	-
Secador de agregados/Misturador	01	-
Queimador	01	-
Exaustor	01	-
Elevador quente	01	-
Compressor de ar	02	-
Cidre Filtro de Mangas (devolve o pó para o Misturador)	01	-
Filtro de Mangas	01	224 mangas
Bomba de combustível	01	-
Bomba de asfalto	01	-

Fonte: Dados fornecidos pela empresa.



Em relação às matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo, segundo o Relatório de Controle Ambiental anexo aos autos, o CAP, emulsão asfáltica catiônica de ruptura rápida RR 2C, óleo BPF e óleo diesel serão fornecidos por empresas como Ipiranga e Petrobrás.

A brita e o pó de pedra seriam fornecidos por empresas licenciadas, porém não foram especificadas quais são essas empresas, de maneira que impossibilitou a averiguação da legalidade ambiental das mesmas.

Segue abaixo Tabela com insumos e matéria prima utilizados no empreendimento:

Tabela 02: Relação do consumo médio das matérias primas e insumos utilizados na unidade produtiva.

MATÉRIA-PRIMA / INSUMO	CONSUMO MÉDIO	ACONDICIONAMENTO	UTILIZAÇÃO
Brita 1	2.000 t/mês	Pátio de agregados	Elaboração da massa asfáltica
Brita 0	2.000 t/mês	Pátio de agregados	Elaboração da massa asfáltica
Pó de Pedra	6.000 t/mês	Pátio de agregados	Elaboração da massa asfáltica
Cimento Asfáltico de Petróleo - CAP	480 t/mês	2 tanques metálicos com capacidade de 25.000 L	Elaboração da massa asfáltica
CM-30	30 t/mês	Tanque metálico com capacidade para 25.000 L	Elaboração da massa asfáltica
RR 2C	15 t/mês	Tanque metálico com capacidade de 15.000 L	Elaboração da massa asfáltica
Óleo BPF	20.000 Kg/mês	Tanque metálico com capacidade de 15.000 l	Elaboração da massa asfáltica
Óleo Diesel	20.000 L/mês	Tanque metálico com capacidade de 15.000 L	Abastecimento da frota e alimentação de equipamentos e lubrificação
Água (processo operacional)	30 m³/mês	Caixa d'água de 1.000 L	Atividades humanas / Higienização / Aspersão através de caminhão-pipa
Energia elétrica	-	Companhia Energética de Minas Gerais S/A CEMIG	Funcionamento de equipamentos / Iluminação do pátio, escritórios e das vias de acesso das obras de pavimentação

Fonte: Dados fornecidos pela usina.

Nota-se que no PCA/RCA apresentado há ausência de um maior detalhamento e clareza em relação à fase na qual se encontra o empreendimento.

Não foram apresentadas plantas com detalhamento da configuração das unidades que compõem a instalação, dificultando a identificação dos pontos geradores de impacto ambiental e sua localização dentro das estruturas, bem como de locação das medidas de controle respectivas.



3. Zoneamento Ecológico Econômico

Segundo o ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico de Minas Gerais, o empreendimento está inserido em Área Prioritária para Conservação Extrema/Especial, mas vulnerabilidade natural baixa.

Possivelmente a área está inserida como prioritária para conservação extrema devido ao fato da região ser considerada turística, dotada de complexo histórico significativo, e ainda por estar próxima de unidades de conservação.

No entanto a baixa vulnerabilidade natural, decorre do grau de antropização presente no local.

4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

A água utilizada no empreendimento será destinada para atividades humanas, higienização e aspersão através de caminhões-pipa.

Foi caracterizada no Formulário de Caracterização do Empreendimento – FCE que o uso de recurso hídrico é uso caracterizado como volume insignificante, tendo sido formalizado o processo nº 23504/2015 para a regularização do uso de água.

No entanto, não foi apresentado no estudo proposto para subsidiar a análise técnica do processo, balanço hídrico detalhado da demanda hídrica do empreendimento, de forma a delimitar quanto do recurso será destinado a cada finalidade, bem como se a disponibilidade hídrica existente e regularizada é capaz de atender toda a demanda do empreendimento.

5. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Não foi solicitada supressão de vegetação. Conforme já mencionado, a instalação já teve início através da terraplanagem, onde houve o decapeamento do solo.

Na ocasião da vistoria, observou-se que a área se encontrava desprovida de qualquer vegetação, seja exótica ou nativa.

6. Reserva Legal

Tanto o CAR – Cadastro Ambiental Rural apresentado, que contempla também outra matrícula contígua do mesmo proprietário, como o levantamento topográfico apresentado do imóvel, onde se pretende instalar a usina asfáltica, apresentaram área de reserva legal inferior aos 20% mínimos exigidos.

Na vistoria foi constatado que os imóveis possuem vegetação nativa suficiente para compor os 20% mínimos da reserva legal. Portanto, esta equipe técnica conclui que a reserva legal não se encontra regularizada de forma adequada, tendo em vista que no CAR foi apresentada uma área de reserva legal inferior aos 20% e no imóvel há possibilidade de computar a quantidade mínima exigida, não fazendo jus das flexibilizações da legislação vigente.



7. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

7.1. Descrição dos Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras do Empreendimento na Fase de Licença Prévia e de Instalação Concomitantes

No Plano de Controle Ambiental – PCA e Relatório de Controle Ambiental – RCA que se encontram anexos aos autos não foram elencados, assim como não foram apresentadas propostas mitigadoras para os impactos ambientais negativos da fase da licença (LP+LI), mas tão somente para a fase de operação.

A omissão de informação sobre os impactos negativos que a atividade ocasiona no meio ambiente prejudica, inviabiliza a análise do requerimento de licença pela equipe técnica, uma vez que é imprescindível a confrontação dos impactos negativos com as medidas de controle ambiental propostas para reduzir o impacto negativo ao ponto de conferir a viabilidade ambiental da fase de instalação, condição sem a qual o requerimento de licença está fadado ao indeferimento.

- **Emissão de ruídos:** os ruídos gerados pelas atividades da usina têm origem no tráfego de veículos pesados e operação de equipamentos.

Medida(s) mitigadora(s): Foi proposta a realização de manutenções periódicas nos equipamentos e avaliações periódicas de ruído, conforme a Lei estadual 10.100\90. Não foram apresentadas medidas de proteção para os funcionários da empresa.

- **Efluentes líquidos industriais:** Segundo RCA\PCA pode ocorrer contaminação do solo e corpos d'água por óleos e graxas.

Medida(s) mitigadora(s): Construção de bacias de contenção e caixas separadoras de água\óleo nas áreas de armazenamento da matéria-prima. Manutenções periódicas nos veículos, com o objetivo de evitar vazamentos nos maquinários.

Observação: não foi apresentado layout com localização da infra-estrutura citada, nem seu dimensionamento.

- **Efluentes líquidos sanitários:** Pode ocorrer contaminação do solo e corpos d'água por emissão de efluentes sanitários sem passar por tratamento adequado.

Medida(s) mitigadora(s): Foi proposta a instalação de sistema de tratamento composto por fossa séptica, filtro e sumidouro.

Observação: não foi apresentado layout com localização da infra-estrutura citada nem seus dimensionamentos conforme normas técnicas vigentes. Também não foram apresentados, estudos relacionados à viabilidade de implantação na área do tipo de sistema de tratamento proposto.

- **Erosão e contaminação por águas pluviais:** Águas pluviais podem conter partículas que contaminem os cursos d'água, além de poder ocasionar processos erosivos.

Medida(s) mitigadora(s): Foi proposta a construção de canaletas ligadas a caixas de sedimentação.



Observação: não foi apresentado layout com localização das estruturas citadas, dimensionamento e nem detalhamento das mesmas.

- **Efluentes atmosféricos:** Serão gerados pelo funcionamento do secador de agregados, poeira fugitiva, por tráfego de veículos e manejo de pilhas de matéria-prima.

Medida(s) mitigadora(s): instalação do sistema de controle composto por filtro de mangas e umidificação de vias. Entretanto, não foram detalhadas as características do sistema de controle proposto.

- **Geração de Resíduos Sólidos:** Esta atividade gera o mínimo de resíduos sólidos, segundo informado. Podem ser refugados alguns traços de massa asfáltica ou gerado algum resíduo proveniente da limpeza de silos. Também será gerado lixo doméstico.

Medida(s) mitigadora(s): Foi informado que os resíduos industriais serão reaproveitados no processo produtivo, e quanto aos resíduos domésticos, estes serão destinados à coleta seletiva do município vizinho (Coronel Xavier Chaves).

8. Controle Processual

Este processo contém um requerimento de licença prévia - LP, concomitante com licença de instalação - LI, que será submetido para decisão da Superintendência de Meio Ambiente.

O parecer contém sugestão para o indeferimento.

No item 1 do parecer consta a informação de que: "No dia 13/11/2015 foi realizada vistoria (Relatório de Vistoria 41/2015) no empreendimento e foi observado que no local há uma área terraplanada, ou seja, a instalação da usina já teve início. Na ocasião os representantes do responsável pelos estudos e também pelo empreendimento informaram que esse local estava amparado por uma AAF – Autorização Ambiental de Funcionamento de outro empreendedor."

A informação de que a obra de terraplenagem estava regularizada por uma AAF foi investigada, e em consulta ao – Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, para averiguação da informação prestada, foi constatado que não há nenhuma AAF ou outro tipo de licença expedida para o local objeto da solicitação da LP+LI.

Foi informado ainda no item 1 que no dia 04/03/2016, durante fiscalização em área contígua a área prevista para o empreendimento, constatou-se que as obras da usina de concreto asfáltico, objeto desse parecer, estavam sendo executadas, inclusive com a presença de edificação. Fato que ensejou a lavratura de um auto de infração.

Com a licença prévia, cujo requerimento foi o objeto de análise deste processo, se aprova a localização, concepção do projeto, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação, de acordo com o inciso I, art. 8º, Resolução CONAMA Nº237/97.

No item 2 são encontrados relatos que demonstram a inconsistência do estudo apresentado para subsidiar a análise do requerimento de licença ambiental:

"Nota-se que no Plano de Controle Ambiental – PCA e no Relatório de Controle Ambiental - RCA apresentado há ausência de um maior detalhamento e clareza em relação à fase na qual se



encontra o empreendimento, dificultando a identificação dos pontos geradores de impacto ambiental e sua localização dentro das estruturas, bem como de locação das medidas de controle respectivas.”

“Não foram apresentadas plantas com detalhamento da configuração das unidades que comporão a instalação.”

O estudo apresentado para subsidiar a análise do requerimento de licença está desprovido de informação primordial para que se possa avaliar todas as características do projeto que se pretende executar, ou seja, todas as características inerentes a natureza da licença que se requer .

Com a avaliação do processo verificou-se a inconsistência na informação sobre a fase do licenciamento. Cada fase do licenciamento demanda informação específica, sem as quais o requerimento de licença está fadado ao indeferimento.

A ausência de plantas com detalhamento da configuração das unidades que comporão a instalação prejudica a análise da localização, da viabilidade locacional da empresa.

Viabilidade é a qualidade do que é viável (com forte probabilidade de se levar a cabo ou de se concretizar por reunir todas as circunstâncias/características necessárias).

Avalia-se então se estão reunidas as características necessárias para se atestar a viabilidade ambiental da empresa, mas sem informação sobre a localização das estruturas a aferição da viabilidade da localização ficou prejudicada.

O objetivo da equipe técnica, ao receber um requerimento de licença prévia é verificar e atestar, com base nas informações constantes no estudo a viabilidade ambiental do projeto que se pretende executar. Para tanto o estudo deve conter a descrição detalhada de todas as estruturas e a localização das mesmas.

Como se pretende instalar o projeto em área rural foi analisado o Cadastro Ambiental Rural - CAR. No Cadastro foi verificado que a área de reserva legal está inferior aos 20% mínimos exigidos.

Na vistoria foi constatado que os imóveis possuem vegetação nativa suficiente para compor os 20% mínimos da reserva legal. Portanto, esta equipe técnica conclui que a reserva legal não se encontra regularizada de forma adequada, tendo em vista que no CAR foi apresentada uma área de reserva legal inferior aos 20% e no imóvel há possibilidade de computar a quantidade mínima exigida, não fazendo jus das flexibilizações da legislação vigente.

Foi caracterizada no Formulário de Caracterização do Empreendimento – FCE que o uso de recurso hídrico é uso caracterizado como volume insignificante, tendo sido formalizado o processo nº 23504/2015 para a regularização do uso de água.

No entanto, não foi apresentado no estudo proposto para subsidiar a análise técnica do processo, balanço hídrico detalhado da demanda hídrica do empreendimento, de forma a delimitar quanto do recurso será destinado a cada finalidade, bem como se a disponibilidade hídrica existente e regularizada é capaz de atender toda a demanda do empreendimento.

Considerando que a inconsistência dos estudos inviabiliza a manifestação da equipe técnica sobre o requerimento de licença;

Tendo em vista a análise deste processo evidenciar que os estudos estão desprovidos de condição que possibilite levar adiante a avaliação técnica do projeto;

Sugere-se o indeferimento:

- 1) do requerimento de licença prévia concomitante com licença de instalação;
- 2) do requerimento de uso de água constante no processo nº 23504/2015;

O indeferimento está fundamentado na previsão expressa no artigo 10, inciso VIII, da Resolução CONAMA nº 237/97, que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente:



“Art. 10 - O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

(...)

VIII - Deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.”

Foi comprovado o enquadramento como microempresa e por esta razão tem-se a isenção do pagamento do valor cobrado para a análise de processo, conforme previsão do artigo 6º da Deliberação Normativa COPAM nº 74/04:

“Art. 6º - Isentam-se do ônus da indenização dos custos de análise de licenciamento e de autorização de funcionamento as micro-empresas, as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, e as unidades produtivas em regime de agricultura familiar, assim definidas, respectivamente, em lei estadual e federal, mediante apresentação de documento comprobatório atualizado emitido pelo órgão competente.”

A Resolução SEMAD 412/1995, que disciplina procedimentos administrativos dos processos de licenciamento e autorização ambientais, determina que o Conselho não poderá deliberar sobre o pedido de licença caso seja constatado débito de natureza ambiental:

“Art. 13 - O encaminhamento do processo administrativo de licença ambiental para julgamento na instância competente só ocorrerá após comprovada a quitação integral da indenização prévia dos custos pertinentes ao requerimento apresentado e a inexistência de débito ambiental.”

Realizada consulta no Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, e junto ao Controle de Auto de infração e processo administrativo – CAP, verifica-se a inexistência de débito de natureza ambiental e portanto o processo está apto emissão da decisão.

DE ACORDO COM PREVISÃO DO DECRETO ESTADUAL Nº 44.844/2008, EM SEU ANEXO I, CÓDIGO 124, CONFIGURA INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA GRAVÍSSIMA DEIXAR DE COMUNICAR A OCORRÊNCIA DE ACIDENTES COM DANOS AMBIENTAIS ÀS AUTORIDADES AMBIENTAIS COMPETENTES. NO CASO DE ACIDENTE ENTRE EM CONTATO COM O (NEA SISEMA) (31) 98223947 e (31) 9825-3947.

9. Conclusão

Considerando a ausência de estudos e informações suficientes que comprovem a viabilidade do empreendimento, bem como das medidas de controle ambiental a serem adotadas, a equipe interdisciplinar da Supram Sul de Minas sugere o indeferimento do requerimento de Licença



Ambiental na fase de Licença Prévia e de Instalação Concomitantes, bem como do requerimento de uso de água, para o empreendimento ART&COM Artefatos de Concretos e Construções Eireli – ME, para a atividade de “Usinas de produção de concreto asfáltico”, no município de Tiradentes.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.

10. Anexos

Anexo I. Relatório Fotográfico da empresa ART&COM Artefatos de Concretos e Construções Eireli – ME.



ANEXO I

Relatório Fotográfico da empresa ART&COM Artefatos de Concretos e Construções Eireli - ME

Empreendedor: Odete do Carmo Santos

Empreendimento: ART&COM Artefatos de Concretos e Construções Eireli - ME

CNPJ: 10.703.563/0002-80

Município: Tiradentes

Atividade: Usina de Produção de Concreto Asfáltico

Código DN 74/04: C-10-02-2

Processo: 12818/2015/001/2015

Validade: ---



Foto 01. Local terraplanado



Foto 02. Edificação



Foto 03. Local terraplanado



Foto 04. Edificação